

PROCESSO SUCESSÓRIO À DIREÇÃO DA FE – 2020

Chapa: Renê Trentin (Direção) e Alexandro Paixão (Direção Associada)

CARTA PROGRAMA



Prof. Dr. Renê J. Trentin Silveira
rene@unicamp.br

Licenciado em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1984), e em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Moji

Mirim (1983). Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1991 e 1998 respectivamente). Realizou estágio de pós-doutoramento junto à *Fondazione Istituto Gramsci*, de Roma (nov./2009 a fev./2010) e junto à *Università degli Studi di Torino*, em Turim (Nov./2011 a fev./2012). Foi professor de Filosofia do ensino médio na rede pública de São Paulo, de 1984 a 1989. Em 1989 ingressou como Professor no Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente/SP. Em 1997 tornou-se docente do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da UNICAMP. Foi chefe de Departamento (2004-2007 e 2015 a 2018) e Coordenador de Extensão (2009-2010). Atualmente é Professor Livre-Docente desse mesmo departamento. Participa do grupo de pesquisa SENSO, do Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UNICAMP, atuando nas linhas de pesquisa *Pensamento filosófico e educação* e *Ensino de Filosofia*. Principais áreas e temas de pesquisa: Antonio Gramsci, Ensino de Filosofia; História da Educação brasileira no período pós-1964; Filosofia e Educação. É membro da *International Gramsci Society-Brazil* (IGS-Brasil).



Prof. Dr. Alexandro H. Paixão
ahpaixao@unicamp.br

Professor de Sociologia da área de Pensamento Social e Educação, do Departamento de Ciências Sociais na Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação,

Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp: 1998-2001); Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP:2003-2005); Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP:2008-2012), com estágio de pesquisa na *Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines* (2010-2011); Pós-doutorado em Teoria e História Literária, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP: 2013-2014); possui formação em Psicoterapia Psicanalítica pelo Centro de Formação e Assistência à Saúde Mental (Cefas: 2018-2019). Foi chefe de Departamento (2015-2017), Coordenador da Linha de Pesquisa Educação e Ciências Sociais (2017) e Coordenador do Centro de Memória da FE (2016 - 2017). Desde 2018 é coordenador de Graduação em Pedagogia da FE-UNICAMP, do Laboratório de Estudos de Cultura, História, Educação e Sociologia (LECHES) e do Projeto Raymond Williams e Donald Winnicott: sobre formar e cuidar de sobreviventes.

Caros colegas docentes, funcionários e estudantes.

Esperamos que todos estejam bem!

Submetemos à apreciação da comunidade da FE a presente Carta-Programa, na qual apresentamos alguns princípios orientadores e algumas ideias para a nossa gestão, caso venhamos a ser eleitos.

O processo de sua elaboração foi um tanto atípico. Inicialmente, pretendíamos conversar com os diversos segmentos e setores de nossa Unidade, a fim de conhecer melhor as expectativas e as demandas de cada um e, também, colher subsídios para nossas propostas.

O advento da pandemia do Coronavírus, no entanto, nos obrigou, a todos, a rever nossas prioridades e urgências e a direcionar nossa atenção para alvos múltiplos e distintos, sobretudo para os cuidados com a saúde e a vida, acatando as orientações sanitárias relativas ao isolamento social. No campo institucional, tivemos de nos haver com as demandas do plano de contingência, a fim de encontrar alternativas para minimizar seus efeitos na formação de nossos estudantes.

Em circunstâncias tão excepcionais, a forma de elaboração de nossa Carta-Programa também teve que ser revista. Limitados pelo tempo e pela distância física, recorremos a outras formas de comunicação (e-mails, telefone, WhatsApp) que nos permitissem realizar, ao menos minimamente, aquela nossa intenção inicial.

O texto que ora apresentamos tem, portanto, a marca dessas condições particulares em que foi produzido e que, em parte, explicam seus limites e suas eventuais lacunas e imprecisões. Além disso, uma carta-programa é sempre um texto aberto e em movimento, visto que está destinado ao debate público, do qual podem emergir novas ideias, sugestões e reformulações. Por tudo isso, esperamos contar com a colaboração de todos para que ela possa ser discutida e aprimorada.

Agradecemos a todos os que nos responderam e que puderam dispor de algum tempo para conversar conosco. Essa colaboração foi essencial para esclarecer dúvidas, conhecer problemas e desafios, pensar em propostas e soluções. Agradecemos também, desde já, àqueles que não puderam responder de imediato e que, certamente, contribuirão oportunamente, seja nos debates seja enviando-nos suas críticas e sugestões.

Com os melhores votos,

Renê e Alexandro.

Campinas, 31 de março de 2020.

PRINCÍPIOS

Defesa da Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Como sabemos, a Universidade pública está, há algum tempo, sob forte ataque, o qual se manifesta de diversas maneiras: cortes de recursos de custeio; achatamento salarial; ameaça à autonomia; deterioração das condições de trabalho; não reposição de docentes e funcionários técnico-administrativos aposentados; campanha de difamação da parte do Ministério da Educação; perseguição ideológica; mercantilização e tecnicização dos processos de aprendizagem, entre outras. Cumpre, portanto, em primeiro lugar, resistir, atuando em diversas frentes: no âmbito mais amplo, junto às entidades da educação, como a ANPED, entre outras, somando forças na luta pelo direito à educação pública de qualidade para todos, em todos os níveis; no âmbito interno, em diálogo com a Reitoria e os demais institutos, buscando formas eficazes de minimizar os efeitos da crise financeira por que passam as universidades paulistas. Além disso, defender a Universidade pública significa, também, cuidar para que haja plenas condições – materiais e humanas – de funcionamento dos cursos, das disciplinas, das pesquisas, das atividades de extensão, a fim de que a instituição como um todo e, em particular, os cursos abrigados na FE, cumpram de fato seus objetivos.

Democracia. Esse compromisso se expressa, internamente, na construção de uma gestão democrática, que respeite, valorize e trate de forma equânime as diversas posições teóricas e políticas que se manifestam na FE, buscando assegurar condições adequadas de atuação para grupos e/ou indivíduos que as representam. Implica, também, fomentar a participação efetiva de docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes nas diversas instâncias da Unidade, em especial naquelas de papel deliberativo, assegurando a todos o direito à livre manifestação de ideias e posições, de modo a qualificar e aprofundar os debates e, ao mesmo tempo, salientar a natureza coletiva e compartilhada da responsabilidade pelas decisões. Externamente, o compromisso com a democracia exige, sobretudo nos tempos atuais, em que se vislumbram traços nítidos de neofascismo e obscurantismo imiscuídos em governos e na sociedade brasileira, uma tomada de posição, nas diversas instâncias em que isso se fizer necessário, em defesa do Estado Democrático de Direito, da liberdade de expressão, da liberdade de ensino e de aprendizado, do direito de todos à educação de qualidade, da justiça social, dos direitos humanos, e, em última instância, da própria vida humana.

Direitos humanos e a diversidade étnico-racial e de gênero. Os avanços das últimas décadas no tocante aos direitos humanos e à diversidade étnico-racial e de gênero estão, novamente, ameaçados. O risco de retrocesso nessas áreas é real e se configura como um fenômeno mundial que, no entanto, no Brasil se faz ainda mais perverso, dadas as históricas e profundas desigualdades que permanecem em nosso país e que atingem, sobretudo, mulheres e homens negros, indígenas e LGBTQI+. Lamentavelmente, o governo federal tem incentivado essa tendência. Temos que resistir e defender os avanços conquistados! Para isso, consideramos importante buscar agir de modo articulado com as Diretorias de Cultura e de Direitos Humanos da Universidade e as

diversas comissões assessoras que a compõem. São instâncias que propõem e desenvolvem políticas para essas áreas e que podem ser nossas parceiras no planejamento de ações que visem a esse objetivo. Além disso, a Unidade deve reafirmar continuamente seu compromisso com ações afirmativas, como o sistema de cotas étnico-raciais e para pessoas com deficiência, buscando aprimorá-las. Cabe, ainda, criar ambientes de segurança em que estudantes, funcionários e docentes possam se expressar com liberdade e compartilhar problemas e experiências, em busca de solução e amparo.

Combate ao racismo, ao machismo, à misoginia, à homofobia e a todas as formas de discriminação. Sabemos que o racismo, o machismo, a misoginia e a homofobia assumem forma institucional e estrutural na sociedade brasileira, contaminando relações sociais e profissionais, o que faz com que se expressem, também, no interior da UNICAMP e dos Institutos. A superação desse problema exige um engajamento coletivo, que produza iniciativas institucionais, em esferas e de formas diversas, que favoreçam a tomada de consciência sobre sua existência em nosso meio e nos capacite e instrumentalize para enfrentá-lo mais efetivamente. Iniciativas, tais como: incorporar em nossos currículos a discussão sobre esses temas e fazer valer, definitivamente, o disposto nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que estabelecem o ensino da cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas e, por conseguinte, impõem a mesma exigência aos cursos de licenciatura. Como instituto que deseja legitimamente influir na política de formação de professores da Universidade, cabe à FE fomentar essa discussão nas demais licenciaturas e em outras instâncias da Universidade. A ampliação – ainda tímida, mas significativa – da presença de estudantes pretos, pardos e indígenas em nossos cursos, não apenas reforça essa necessidade, como também e, principalmente, propicia condições mais favoráveis e até privilegiadas para aprendermos com essas culturas e, ao mesmo tempo, para que elas se expressem, se fortaleçam, se enriqueçam e se preservem.

Diálogo. Estabelecer, desde o início da gestão, uma relação dialógica com toda a comunidade da FE, buscando ouvir as necessidades de cada segmento e setor e, a partir disso, construir coletivamente alternativas que viabilizem seu atendimento ou, ao menos, minimizem dos problemas detectados. Sabemos que muitos desses problemas não são exclusivos da FE, nem se resolvem no âmbito dela, como, por exemplo, a falta de docentes e funcionários técnico-administrativos, que acarreta sobrecarga de trabalho a todos. Isso exigirá de nós capacidade de negociação com os demais institutos e com a Reitoria, a fim de buscar as condições necessárias para avançar no que for possível.

Transparência e amplo acesso às informações. A transparência na gestão implica, em primeiro lugar, cuidar para que haja amplo e pleno acesso às informações, necessárias à discussão e à deliberação sobre temas de interesse da Unidade e da Universidade, de modo a fomentar e qualificar o debate e subsidiar a tomada de decisão. Isso requer intensificar o fluxo de informações e documentos, preferencialmente por meio digital, bem como relatar sistematicamente os encaminhamentos dados às questões mais importantes nas diferentes instâncias da Universidade, notadamente no CONSU. Requer, também, manter atualizado o site da FE, no qual devem estar disponíveis e facilmente

localizáveis os principais documentos aprovados nas instâncias deliberativas da FE e que regem a vida institucional de nossa Unidade. No plano financeiro, implica dar continuidade à tradição das gestões da FE de esclarecer a comunidade sobre o funcionamento do orçamento da Unidade e discutir com ela, institucionalmente, as prioridades na sua aplicação.

PROPOSTAS

Ensino, pesquisa e extensão.

É preciso buscar formas de equilibrar o tripé da Universidade, de modo a que nenhuma de suas atribuições seja comprometida. Para tanto, cumpre: fomentar discussões e adotar medidas visando ao aprimoramento das atividades de ensino e ao fortalecimento da autonomia de nossas práticas curriculares; estimular e apoiar as linhas e os grupos de pesquisa e colaborar sempre para o incremento da pesquisa na Unidade, sobretudo levando-se em consideração os desafios atuais da internacionalização; estimular e apoiar projetos de extensão universitária, reduzindo a distância entre a Universidade e a comunidade.

Ensino.

A Faculdade de Educação possui duas importantes graduações voltadas à formação de professores: Licenciatura em Pedagogia (Integral e Noturno) e Licenciatura Integrada de Química e Física (Noturno), além de um consolidado Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), com Mestrado e Doutorado acadêmicos e um Mestrado Profissional. Participa, também, em cooperação com outros institutos, do Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática (PECIM). Manter e criar condições para a continuidade do trabalho de qualidade e integrado dos docentes que atuam nesses cursos, abarcando as diferentes concepções e visões de mundo que orientam suas práticas e compartilhando pontos fundamentais acerca dos processos formativos, é fundamental.

Consideramos que o respeito à diversidade de posições teóricas e de práticas educativas deve prevalecer em nosso ensino da Graduação e de Pós-Graduação, e que as avaliações institucionais são um caminho democrático para repensarmos continuamente nossos cursos.

Nesse sentido, reconhecemos o papel decisivo da Comissão de Graduação, assessorada pela Comissão de Estágio, e os espaços de discussão e debate das assembleias e avaliações de curso entre docentes e discentes; reconhecemos também o papel decisivo

da Comissão de Pós-Graduação e da Associação dos Pós-Graduandos (APG), instâncias necessárias e que precisam contar com o apoio institucional e o suporte da Direção.

Além disso, no que tange especificamente à Graduação, sabemos que tem enfrentado desafios referentes às reformulações curriculares, visando a atender a diretrizes muitas vezes impostas por instâncias governamentais. A esse respeito, cabe à Direção apoiar as ações das coordenações de Graduação e de Pós-Graduação, de modo a assegurar a manutenção de processos formativos que não desvinculem teoria e prática, que enfatizem o pensar crítico, que valorizem a autonomia docente e que legitimem a escola como espaço privilegiado de atuação do educador.

Por determinação do Plano Nacional de Educação e do MEC, impôs-se a discussão sobre a curricularização da extensão, como forma de exercício do compromisso social da Universidade. Consideramos fundamental esse compromisso, mas entendemos que os processos pelos quais ele se realiza precisam ser criativos, críticos, integradores e não burocráticos e hierárquicos. Daí a importância de que a Direção, em conjunto com as coordenações, crie as condições para o aprofundamento do debate sobre o tema.

Pesquisa.

A UNICAMP é uma universidade amplamente conhecida pela pesquisa que produz. A FE não é diferente. Nosso Programa de Pós-Graduação conta com o reconhecimento dos órgãos oficiais e da comunidade acadêmica. Tanto a formação dos pós-graduandos quanto os trabalhos aqui produzidos repercutem nacionalmente e, por vezes, até no exterior. O mesmo vale para o PECIM. Enfrentamos, há algum tempo, o problema do “produtivismo” quantitativista, que impõe sobre os pesquisadores das ciências humanas critérios de avaliação não exatamente adequados à natureza de nossa investigação. Combater essa tendência é algo que precisamos continuar a fazer, numa luta política e acadêmica mais ampla, de médio ou longo prazo. Mas até que essa situação seja superada, precisamos assegurar que tanto nossas pesquisas quanto o PPGE sejam formal e socialmente validados. Isso requer responder satisfatoriamente às exigências da CAPES, de modo a garantir nossa boa avaliação, bem como as bolsas dos estudantes. Por isso, é preciso apoiar os Departamentos na criação e/ou aprimoramento de dinâmicas internas de funcionamento, que ofereçam aos docentes condições razoáveis para a produção científica. Por exemplo: a produção coletiva de artigos (docentes-docentes; orientadores-orientandos); o compartilhamento de disciplinas; uma política de planejamento de afastamentos (licença-prêmio e licença sabática); etc. Outra medida seria procurar alinhar cada vez mais a atuação da Secretaria de Pesquisa com as necessidades dos docentes, justamente para liberá-los das tarefas não essenciais à sua função e possibilitar sua maior dedicação à pesquisa.

Para que a produção da FE ganhe ainda maior visibilidade e, assim, cumpra melhor seu papel social, a Unidade poderia criar um programa de publicação (talvez pela própria editora da FE), para o qual poderiam ser lançados editais e planejado algum processo

seletivo. Os autores dos trabalhos selecionados poderiam ser entrevistados e essa entrevista permanecer disponível em vídeo no site da FE e/ou em outras plataformas, como, por exemplo, no canal da faculdade no Youtube. Isso seria, também, uma forma de aproximar a Universidade da população, particularmente dos educadores, o que contribuiria para reafirmar sua importância perante a sociedade.

Extensão.

A FE desenvolve uma ampla gama de projetos de extensão, incluindo cursos, assessorias, eventos, palestras, convênios, entre outros. Além disso, sempre teve papel destacado no estabelecimento de parcerias com secretarias de educação do estado e de municípios, atuando, sobretudo, na formação continuada dos professores. Lembremos, por exemplo, do PROESF – Programa Especial de Formação de Educadores em Exercício (2005), com 3.300 horas e polos em Americana, Vinhedo e Campinas, e do CEGE - Curso de Especialização em Gestão Educacional, com três oferecimentos (2005-2006; 2007-2011; 2013-2015), que atendeu, só em sua primeira edição, cerca de 6 mil gestores da rede estadual de São Paulo¹. De uns tempos para cá, no entanto, por razões diversas, as secretarias de educação têm preferido aliar-se a entidades do terceiro setor para o desenvolvimento de projetos educacionais ou, ainda, contratar direta e individualmente os especialistas das áreas desejadas. Consideramos importante reverter essa tendência e retomar o lugar da FE nesse cenário. Para tanto, precisamos fomentar a criação de projetos e iniciativas, envolvendo docentes, estudantes e funcionários, que respondam eficazmente às demandas das redes de ensino, para que possam ser apresentados a essas secretarias. Esse é um dos caminhos pelos quais a FE e a Universidade podem contribuir para a melhoria do ensino básico e, também, reafirmar seu papel na sociedade.

As atividades de extensão na FE são reguladas pelo Regimento da Extensão, documento recém revisado e atualizado, que sintetiza, normatiza e orienta a política de extensão da Unidade. Em consonância com essa política, queremos enfatizar a extensão não paga, estimulando sua ampliação, inclusive pela implementação do Fundo de Apoio à Extensão Gratuita, previsto no Regimento. Esse estímulo passa também pelo incentivo aos estudantes para que se engajem em projetos de extensão e/ou proponham eles próprios iniciativas que lhes permitam ampliar e aprofundar sua formação como educadores.

Por fim, esperamos contar, em breve, com a figura da coordenadora ou do coordenador de pesquisa e extensão, a fim de dar a essa área o destaque que ela merece no tripé da Universidade.

¹ Cf. <https://www.fe.UNICAMP.br/extensao/noticias/fe-apresenta-a-secretaria-de-educacao-de-campinas-livro-resultante-de-parceria>.

Pós-graduação.

Como já foi mencionado, a FE possui o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), que engloba o Mestrado e o Doutorado acadêmicos e o Mestrado Profissional e, também, participa como Unidade corresponsável da gestão do Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática (PECIM), com Mestrado e Doutorado acadêmicos.

No PPGE, o Mestrado e o Doutorado acadêmicos e o Mestrado Profissional são geridos pela Comissão de Pós-Graduação (CPG), embora cada um conte com sua própria Coordenação. No caso do PECIM, a responsabilidade por sua gestão é compartilhada por quatro Unidades: além da FE, os institutos de Química, de Física e de Geociências, que se revezam na sua coordenação. Mas dele também participam docentes do IMECC, do IB, da FCA, da FT e do NIED. Cabe à Direção atuar no sentido de oferecer o suporte institucional para esses cursos e suas coordenações.

O Mestrado e o Doutorado acadêmicos recebem estudantes de todas as regiões do Brasil e até do exterior. Atuam fortemente na capacitação de professores da educação básica e também do ensino superior. Diversos doutores formados no PPGE foram responsáveis pela implementação de programas de pós-graduação em suas regiões de origem. Além disso, acolhe frequentemente pesquisadores brasileiros e estrangeiros para estágios de pós-doutorado ou como professores visitantes, contribuindo, assim para o intercâmbio internacional entre esses docentes. Sua relevância no cenário nacional é indiscutível, tanto pela excelência de sua produção acadêmica, quanto pela qualidade da formação que proporciona aos estudantes e, ainda, pela liderança que exerce perante a comunidade educacional brasileira.

O PECIM surgiu em resposta a uma demanda de um grupo de docentes envolvidos no ensino de ciências, que desejava implementar um programa de pós-graduação voltado para a formação de professores nessa área. Seus principais objetivos são, portanto, a produção de conhecimentos nos campos da Educação em Ciências e da Educação Matemática e o aprimoramento da formação dos professores da educação básica. Além disso, o Programa desenvolve duas ações interinstitucionais importantes: um DINTER, com a Universidade Federal do Semiárido, que inclui as cidades de Mossoró, Angicos e Pau dos Ferros, e um projeto de cooperação com Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará (UNIFESSPA), por meio do PROCAD-CAPES, do qual também participa o Programa de Educação para Ciências da UNESP de Bauru.

A criação do Mestrado Profissional representou um avanço importante, no sentido de ampliar o alcance da FE na formação dos profissionais da educação. Apesar de se tratar de um curso ainda jovem, seus resultados positivos já podem ser observados, tanto pelo elevado número desses profissionais que o procuram, quanto pelo volume e pela qualidade das pesquisas em andamento. Além disso, sua implantação trouxe para dentro da FE questões, problemas e desafios da realidade escolar e da prática docente que nos obrigam a repensar continuamente nosso papel como instituição formadora de professores.

Tudo isso evidencia a destacada relevância acadêmica, política e social do PPGE, do PECIM e do Mestrado Profissional e sua perfeita consonância com o compromisso histórico da FE com a formação de professores e pesquisadores e com a qualidade da educação pública. Daí a necessidade de a Direção atuar conjuntamente com as coordenações desses cursos, a fim de responder da melhor maneira possível às suas necessidades e às de seus estudantes.

Compete, também, à Direção, reforçar, perante à comunidade acadêmica, a importância das linhas de pesquisa desses programas e colaborar na realização de eventos que venham a promover os trabalhos dos estudantes.

A Direção pode, ainda, auxiliar as coordenações no fomento, na manutenção e na ampliação do intercâmbio internacional para docentes e estudantes, por exemplo através do Capes-PrInt, da cotutela e do estabelecimento de acordos de cooperação interinstitucional. Para tanto, importa buscar também o apoio da Diretoria Executiva de Relações Internacionais (DERI).

Finalmente, cabe ainda à Direção apoiar as coordenações desses programas e a APG na busca de solução para problemas especificamente relacionados às demandas dos estudantes (como, por exemplo, bolsas de estudos e moradia), a fim de lhes garantir condições de permanência e de aproveitamento dos cursos.

Docentes.

Nos últimos anos temos visto uma corrida às aposentadorias, tanto da parte de docentes quanto de funcionários técnico-administrativos, motivada, em parte, pela necessidade de preservar direitos previdenciários. As vagas deixadas por esses colegas não têm sido repostas, o que ocasiona sobrecarga de trabalho aos que permanecem na ativa. Some-se a isso o aumento das demandas acadêmicas e burocráticas que, muitas vezes, nos obriga a dar conta de tarefas que, antes, não eram de nossa responsabilidade.

Se isso ocorre conosco individualmente, o mesmo se dá nas funções de gestão, atingindo coordenadores, chefes de departamento e a Direção. O problema não é de fácil solução, pois não podemos simplesmente transferir todas essas tarefas aos funcionários técnico-administrativos, que vêm sentindo dificuldades semelhantes.

Esse processo de acúmulo de tarefas se iniciou já há algum tempo e vem se intensificando. No limite, compromete também a execução das atividades-fim da Universidade e, conseqüentemente, sua qualidade. Para enfrentar esse problema é preciso, em primeiro lugar, fortalecer a luta política mais ampla pelo aumento do repasse às universidades; atuar internamente, junto à Reitoria, e de forma articulada com outros institutos, pela valorização das carreiras docente e dos funcionários técnico-administrativos, pela abertura de concursos com distribuição de vagas entre as Unidades por critérios transparentes e equânimes; pela reposição das aposentadorias e pela

garantia de recursos para promoções horizontais e verticais. Todos sabemos que isso não será fácil, como, aliás, já temos constatado, mas reiteramos nossa disposição de assumir essa luta como uma das prioridades de nossa gestão. Além disso, é preciso pensar coletivamente sobre como tornar a estrutura administrativa mais eficiente, otimizando recursos materiais e humanos e incorporando ao máximo possível a tecnologia de comunicação e informação.

Funcionários técnico-administrativos

O problema da corrida às aposentadorias atinge igualmente os servidores técnico-administrativos, gerando, também para eles, sobrecarga de trabalho. Além disso, a falta de funcionários ocasionada pela não reposição dos aposentados afeta a todos os institutos e leva a uma disputa interna na Universidade por aqueles que desejem transitar de uma Unidade para outra. Isso impõe à FE uma dupla tarefa: 1) valorizar seus funcionários, buscando oferecer-lhes condições adequadas de trabalho e oportunidade para desenvolvimento na carreira, com critérios claros e coletivamente acordados, incluindo o aprimoramento de sua qualificação por meio de cursos de natureza diversa. O apoio da Escola de Educação Corporativa da UNICAMP – EDUCORP, certamente será de grande valia para atingirmos esse objetivo; 2) buscar atrair funcionários qualificados para a Unidade que venham a somar na realização das finalidades da FE.

Também é fundamental o empenho da Direção na busca de alternativas para repor os funcionários que se aposentaram, a fim de garantir o efetivo funcionamento de todos os setores. Sem prejuízo do compromisso com essa reposição, podemos também repensar coletivamente as atividades de cada setor e de seus funcionários, levando em conta as experiências e habilidades de cada um para buscar formas de cooperação entre setores, especialmente em momentos de maior demanda, como, de fato, já ocorre entre alguns.

Outra medida importante é a preparação para a aposentadoria, visando a minimizar os impactos desse difícil momento, tanto para o servidor quanto para a Unidade. Em suma, é preciso dar suporte ao funcionário e, ao mesmo tempo, criar as condições para que sua ausência não deixe o setor desguarnecido. Para ajudar nesse processo, existe o Programa de Preparação para a Aposentadoria, da UNICAMP, que pode ser aproveitado.

Outra questão frequentemente mencionada pelos funcionários é a da sua avaliação e da necessidade de que tenham uma perspectiva clara quanto à progressão na carreira. Sabemos que, em última instância, esse é um tema concernente à administração central da Universidade. No entanto, como Direção, nosso compromisso será o de defender nas instâncias superiores o direito de progressão por critérios justos e democraticamente pactuados.

Sobre os funcionários terceirizados, sabemos que são o segmento mais vulnerável e precarizado, dentre os que atuam na Universidade. Embora sua contratação extrapole as competências da Unidade, cabe à Direção coordenar sua atuação na Unidade, zelar pelas

suas condições de trabalho, atendê-los em suas necessidades e solidarizar-se com eles na defesa de seus direitos.

Estudantes.

O movimento estudantil tem suas próprias pautas e suas formas de organização. Algumas dessas pautas coincidem com as dos docentes e funcionários (como a defesa da Universidade pública, por exemplo), enquanto outras lhes são específicas. Reconhecemos a legitimidade desse movimento e das entidades que o constituem e reiteramos nossa disposição para dialogar permanentemente com elas.

Uma de suas principais bandeiras é a da permanência estudantil. De fato, para que a Universidade e os cursos que ela abriga cumpram sua missão, de formar profissionais capacitados para responder às demandas da sociedade brasileira, é preciso assegurar a todos os estudantes as condições adequadas para o aproveitamento desses cursos. Isso envolve o provimento de condições materiais como: moradia, transporte, alimentação, bolsas, assistência médica, odontológica e psicológica, entre outras. Sabemos que o estrangulamento financeiro a que vêm sendo sistematicamente submetidas as universidades paulistas cria dificuldades para o pleno atendimento dessa demanda. Cabe, porém, aliar-se a essa luta dos estudantes, a fim de ampliar o mais rapidamente possível as conquistas relativas à sua permanência com qualidade na Universidade.

Mas a permanência envolve também um outro aspecto: olhar atentamente para as necessidades acadêmicas dos estudantes, para que se possam detectar eventuais dificuldades no trato com as diversas disciplinas e, assim, buscar formas adequadas de ajudá-los a superá-las. As disciplinas Escrita Acadêmica e Pré-Cálculo são exemplos de iniciativa bem-sucedida nesse sentido. Mas, sem dúvidas, outras medidas podem ser pensadas visando a esse objetivo.

Outra demanda dos estudantes diz respeito às mães e pais com filhos pequenos que estudam nos períodos integral e noturno. Sabemos dos esforços que têm sido feitos para enfrentar esse problema e queremos, juntos, buscar uma solução viável para ele.

Merecem atenção especial aqueles estudantes que encontram mais dificuldades em se adaptar à vida universitária, dentre os quais se destacam os cotistas e, sobretudo, os indígenas. O sistema de cotas e o vestibular indígena representam um importante avanço na direção da democratização da Universidade. Mas essas ações afirmativas só farão sentido se forem dadas a esses estudantes as condições necessárias para que obtenham aproveitamento satisfatório nos cursos em que ingressam. Cabe à Direção, em conjunto com as coordenações de graduação e de licenciatura, e também buscando o apoio da Pró-Reitoria de Graduação, ouvir suas demandas e propor ações que lhes possibilitem esse aproveitamento.

No caso dos estudantes da pós-graduação, a forma diferenciada como se vinculam à Universidade, com presença intermitente ou de curto prazo na Unidade, dificulta sua participação nas instâncias institucionais e, conseqüentemente, a expressão de suas demandas por esses canais. Daí a importância de que a Direção esteja em sintonia com a CPG, a fim de conhecer os problemas por eles enfrentados e auxiliar na sua resolução. Importa, também, manter aberto o canal de comunicação com a APG, ouvindo dos próprios estudantes suas necessidades e sugestões.

Por fim, gostaríamos que a Direção fosse um permanente canal de diálogo com os estudantes na busca do entendimento e da superação de eventuais conflitos. Entendemos que esse é o melhor caminho para avançarmos na conquista da unidade, tão necessária nos dias atuais, e no estabelecimento de uma atmosfera de amizade e satisfação no exercício de nossas funções.

Fortalecimento acadêmico e político da FE na UNICAMP.

A FE tem um papel destacado na UNICAMP: possui o maior programa de pós-graduação em educação do país, incluindo o Mestrado Profissional e o PECIM; coordena MINTERs e DINTERs em universidades parceiras; atua em cerca de 21 cursos de licenciatura; detém a presidência da CFPF; publica revistas altamente qualificadas que são referência na área educacional; possui cerca de 30 grupos de pesquisa com produção distinta em diversas áreas; mantém e coordena órgãos de destacada relevância, como o CEDOC, o Centro de Memória da Educação; abriga dois importantes centros de estudo e pesquisa (ALB e CEDES); atende a inúmeras escolas da rede pública por meio de estágios, do PIBID e de outros projetos de pesquisa e extensão; desenvolve trabalhos de formação continuada e em nível de especialização; enfim, constitui-se como uma Unidade de referência para todo o país no campo da educação. Por tudo isso, importa fortalecer e intensificar ainda mais sua presença nas instâncias superiores da Universidade. Para tanto, é preciso: atuar fortemente no CONSU, procurando participar ativamente da definição de políticas para a Universidade e, em especial, para a formação de professores; voltar a ocupar os assentos de representação da FE nas câmaras deliberativas dos cursos de licenciatura, na condição de Unidade parceira desses cursos; aprimorar nossa comunicação com os demais institutos; buscar conhecer os projetos de intervenção na educação básica de outros cursos; apoiar o trabalho da Comissão Permanente de Formação de Professores (CFPF), principalmente no que tange ao fortalecimento da cooperação entre as Unidades e com a rede pública de ensino.

A respeito da CFPF, sabemos de sua importância na articulação dos cursos de licenciatura e na discussão e formulação da política de formação de professores na Universidade. Por isso mesmo, é fundamental que ela continue existindo e, para tanto, cabe à Direção empenhar-se, junto à Reitoria, no sentido de recuperar as gratificações a ela associadas.

Para que a FE reforce seu protagonismo na formulação da política de formação de professores na Universidade é preciso, ainda, estreitar os vínculos com os demais institutos, notadamente com aqueles que oferecem cursos de licenciatura. A necessidade desses cursos de incluir disciplinas pedagógicas, em atendimento às exigências do CEE, abre para a FE uma perspectiva favorável para ampliar sua presença neles e participar mais diretamente da formação desses alunos. Isso requer: 1) diálogo com esses institutos, a fim de ouvir seus representantes, conhecer suas necessidades, compreender sua concepção de educação e, junto com eles, estabelecer formas de colaboração recíproca; 2) formar alianças táticas e estratégicas que constituam uma força política significativa para intervir em decisões nos órgãos colegiados superiores e para estabelecer interlocução com o CEE e, por vezes, resistir às suas determinações; 3) criar mecanismos que favoreçam uma maior circulação de estudantes de outros institutos em nossa Unidade e vice-versa, de modo a ampliar a perspectiva de sua formação e, ao mesmo tempo, intensificar nossa presença e nossa participação na formação deles. Esse trânsito de estudantes, naturalmente, dependerá da configuração dos currículos. Mas talvez seja um aspecto a ser considerado nas reformulações em andamento do curso de Pedagogia e de Licenciatura Integrada em Química e Física.

Formação de professores.

A questão da formação de professores sempre foi polêmica no Brasil e, entre nós, não é diferente. Há, na FE, diferentes perspectivas teóricas e políticas sobre como ela deve ocorrer e como nossa Unidade deve se posicionar em relação a ela internamente e na Universidade. Questões importantes e difíceis como: que papel queremos ter na política de formação de professores da UNICAMP? Como podemos desempenhá-lo, num momento em que estamos sendo atravessadas pela realidade da falta de professores para atender à demanda de todas as licenciaturas e até mesmo para atuar como representantes nos colegiados dos demais institutos? Que impacto queremos que nossos cursos tenham na rede básica de ensino?

O compromisso com a formação de professores inclui também assumir a defesa do PIBID e pensar formas pelas quais a FE pode se inserir na Residência Pedagógica, sem prejuízo de nossos projetos de estágio, garantindo assim que nossos estudantes também se beneficiem desses programas de formação.

Pensando na formação de professores, mas, agora, voltada para os docentes da própria UNICAMP, seria interessante que a FE ampliasse seu engajamento nos projetos desenvolvidos pelo EA2 (Espaço de Apoio ao Ensino e Aprendizagem). A criação desse órgão foi um avanço importante nesse campo e que precisa ser assegurado. Somos a faculdade que tem a educação como objeto de nossas investigações, inclusive a educação superior, o que nos qualifica e credencia para colaborarmos com docentes de outros institutos no aprimoramento de sua formação para a docência. Ao mesmo tempo, podemos também aprender com esses colegas, conhecendo suas concepções de ensino e aprendizagem, suas práticas didáticas e as respostas que dão aos desafios que

enfrentam. Não se trata, portanto, de nos apresentarmos perante a eles como autoridades, como alguém que vem apenas para ensinar, mas como parceiros que ensinam e aprendem mutuamente, a partir de experiências diversas, visando ao objetivo comum de melhorar cada vez mais a qualidade do ensino ministrado na UNICAMP.

Finalmente, cumpre retomar, junto à Reitoria e em parceria com a CPFP, o projeto do Centro de Referência em Formação de Professores, a ser coordenado pela FE. Se as condições financeiras da Universidade não permitirem que todo o projeto seja executado, incluindo a construção da infraestrutura física, podemos, ao menos, procurar avançar no delineamento de sua estrutura organizacional, criando condições para que entre em funcionamento gradativamente.

Biblioteca.

A biblioteca Joel Martins é essencial para a realização das atividades-fim da Universidade. Com seu grande e qualificado acervo, ela é suporte imprescindível para o ensino, a pesquisa e a extensão. As demais atividades desenvolvidas em seu interior (organização de coleções, publicações, documentação, referências, doações, exposições etc.) também são fundamentais, tanto para seu funcionamento adequado quanto para o atendimento adequado ao público usuário.

Um dos aspectos a serem analisados é a atual alocação da Biblioteca no plano de certificação da Unidade. Parece-nos que, justamente dada sua importância para as atividades-fim, seria mais coerente que figurasse vinculada ao ensino, à pesquisa e à extensão. Tal medida, porém, requer estudo cuidadoso e diálogo com os setores envolvidos.

No que se refere às publicações, além das revistas já consolidadas e consagradas que, obviamente, devem continuar sendo estimuladas e apoiadas, pensamos que seria interessante ampliar e intensificar outras formas de publicação, por meio da Editora da FE, visando a diversificação da produção escrita de estudantes e docentes. Uma ideia seria fomentar a publicação digital de trabalhos de pesquisa de estudantes de graduação e de pós-graduação (TCCs, monografias de conclusão de disciplinas, dissertações e teses, coletâneas, etc.) previamente selecionados, sob a orientação de docentes, buscando dar mais visibilidade e socializar a produção acadêmica e científica da FE. A forma e os critérios de seleção (edital, por exemplo) precisariam ser discutidos. Além de ampliar a divulgação da produção acadêmica da FE, tal medida poderia representar mais um estímulo ao engajamento dos estudantes nos cursos e nos grupos de pesquisa.

No que se refere ao espaço físico da Biblioteca, há uma expectativa dos funcionários que ali trabalham quanto à sua ampliação, visando a melhorar suas condições de funcionamento, armazenamento e atendimento ao público. Esse é um problema que precisa ser considerado de uma perspectiva global, levando-se em conta as necessidades

da FE como um todo, e cuja solução somente será satisfatória se obtida mediante diálogo e negociação com toda a comunidade.

A biblioteca também abriga, em seu último andar, o Centro de Memória da Educação, que contém quatro importantes acervos de fontes primárias e secundárias: o Acervo Maurício Tragtenberg; o Acervo Malba Tahan, o Acervo da Revista Brasileira de História e o Acervo do Congresso de Leitura do Brasil (COLE). Todos têm importância significativa na história de nossa faculdade e nos papéis acadêmicos que desempenham. Por isso, precisam de toda a atenção para que possam cumpri-lo adequadamente e se articular ainda mais com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Eventos.

A FE promove um grande número de eventos, de naturezas e amplitudes diversas, o que evidencia o engajamento social de seus docentes e estudantes e a relevância da pesquisa por eles produzida. Nos últimos anos, o setor já obteve avanços importantes, tanto na sua configuração interna, quanto na forma de operacionalização do trabalho, incluindo o uso de tecnologia. Ocorre que o trabalho desses funcionários tem aumentado e se diversificado significativamente. Isso exige da Direção atuar na supressão de eventuais lacunas, seja lutando por contratações, seja propiciando a qualificação dos funcionários para atendam às novas demandas.

Outra dificuldade enfrentada pelo setor é a falta de espaço físico para as atividades. Esse, porém, é um problema que afeta também outros setores e que precisa ser enfrentado coletivamente a fim de buscar alternativas para otimizar o uso do espaço da FE. Uma iniciativa nesse sentido seria aprimorar o sistema eletrônico de reserva de salas, de modo a torná-lo mais eficiente, rápido e seguro.

EAD.

O tema da EAD ainda é controverso em nossa Unidade, como vimos recentemente na discussão sobre o plano emergencial relativo ao período de suspensão de atividades presenciais da Universidade. Com o intuito de contribuir para o debate, apresentamos abaixo algumas considerações.

Acreditamos que a EAD não é a melhor forma de se propiciar a formação inicial, o que, porém, não significa que a mediação da tecnologia não possa ser utilizada complementarmente à educação presencial, como muitos de nós já fazemos. Essa tem sido a posição historicamente assumida pela FE.

A EAD não deve ser entendida como a mera transferência para meio digital das mesmas práticas pedagógicas convencionais e sem capacitar adequadamente os educadores.

Antes, pressupõe estudos especializados que levam em conta o ritmo dos estudantes e as tecnologias adequadas a cada situação, a fim de desenvolver novas formas de ensino e de aprendizagem. Daí a importância do preparo do professor e dos estudantes para sua aplicação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (2002), assim como a Resolução CNE N.2/2019, preveem a preparação dos professores nos cursos de licenciatura para o uso de novas tecnologias de informação e comunicação e sua utilização no processo de ensino e aprendizagem. Isso é importante para a inclusão digital das crianças e jovens, fator de combate à desigualdade social. Essa exigência nos coloca o desafio de capacitar nossos alunos (e também a nós, docentes) para uso das tecnologias de EAD. E na FE temos conhecimento acumulado e recursos técnicos para isso. Afinal, a inclusão digital é essencial, não apenas no sentido do acesso às tecnologias, mas também no domínio de como utilizá-las e extrair delas o máximo proveito possível, inclusive para fins educacionais.

A crescente difusão das tecnologias de informação abre para a FE uma gama de possibilidades de atuação, visando a promover educação de qualidade também pela forma digital, sem prejuízo de nossa posição institucional em relação à EAD. Podemos produzir, por exemplo: cursos *on line* de curta duração, destinados a público diverso; cursos de extensão e/ou de especialização; vídeos; *podcasts*; vídeo-aulas; enfim, uma infinidade de materiais digitais educativos, sobre os mais variados temas (formação política; questão de gênero; racismo; homofobia; questões educacionais; etc.) que poderiam ficar disponíveis, com livre acesso, em nosso *site*. Essa seria uma forma de otimizar nossos recursos humanos e materiais na área de EAD, de intervir mais diretamente na formação da população e, ainda, de projetar a FE no cenário nacional.

Por fim, vale lembrar que existe um GT sobre EAD em funcionamento e que em breve deve produzir conclusões e propor encaminhamentos sobre a questão.

Bem-estar e segurança.

Sempre é possível tornar nosso ambiente de trabalho mais aprazível, gerador de bem-estar. Nosso espaço cotidiano também pode ser uma forma de resistência à indiferença ao mal-estar, à sua naturalização e massificação. Isso depende do desejo e do empenho de todos. Da parte da Direção, contudo, algumas medidas podem ser decisivas. Há ações mais pragmáticas, como cuidar da manutenção predial, conservando bem e em perfeito funcionamento a estrutura física da Unidade; renová-la sempre que possível; ampliar jardins e áreas verdes que possam ser aproveitadas para convivência; repensar espaços e seus usos. Precisamos, ainda, retomar o projeto das salas individuais dos docentes, o qual inclui, naturalmente, a substituição das divisórias de amianto, o que proporcionará melhores condições de trabalho e de saúde a todos. Mas há também, e talvez sobretudo, medidas mais acadêmico-culturais, que democratizam diferentes linguagens, recursos e repertórios de elaboração e simbolização do mal-estar que nos acomete em todas as

esferas da vida: criar espaços de vivência cultural e de encontros; planejar atividades culturais e artísticas com e para a comunidade da FE, envolvendo música, teatro, dança, cinema, exposições; privilegiar o diálogo como instrumento para a superação de conflitos e encaminhar democraticamente as discussões e decisões. Sobre as atividades culturais, em particular, também seria importante estabelecer parcerias com a Diretoria de Cultura da UNICAMP, aproveitando sua experiência e desenvolvendo projetos e atividades conjuntamente.

Esses são os tópicos que, neste momento, gostaríamos de submeter à análise da comunidade da FE. Certamente há outros que poderiam ser acrescentados, o que poderá ser feito nos debates ou por outros meios possíveis. Esperamos, porém, que o presente texto sirva como ponto de partida fecundo para nossa discussão e que ela nos ajude a delinear uma gestão democrática e participativa, em sintonia com os compromissos históricos de nossa Unidade.